

## AVANÇOS E DESAFIOS NA GESTÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO NA UVA

### Autor(res)

Daniel Souza Tabosa  
Tereza Karoline Torres Paiva  
Núbia Matos Cunha  
Sônia Regia Albuquerque Silveira  
Vitoria Moreira Tabosa  
Ana Paula Felismino Da Silva

### Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE SOBRAL

### Introdução

Os aspectos legais, constitucionais e educacionais do sistema de cotas são tratados, no Brasil, sob o enfoque da relação com o princípio constitucional da igualdade. A proibição da discriminação e a adoção de medidas concretas que possam reduzir as desigualdades sociais são analisadas com base em argumentos e interpretações de juristas e educadores.

A análise e o estudo sistemático da implantação do sistema de cotas pelas universidades públicas justificam-se diante dos dados estatísticos referentes ao restrito acesso da população brasileira ao ensino superior, especificamente da situação desfavorável do acesso das populações afrodescendentes e indígena à Educação e, sobretudo, da incompatibilidade dessa situação com a ideia de igualdade, justiça e democracia prescrita na legislação brasileira.

### Objetivo

Desenvolver um modelo de avaliação e gestão da política de Ações Afirmativas em Instituições Estaduais de Ensino Superior, a partir do estudo de caso da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA).

Identificar e analisar os desafios para a gestão da política de cotas em Instituições Estaduais de Ensino Superior;

### Material e Métodos

Sob o ponto de vista de sua natureza, a pesquisa pode ser classificada em básica e aplicada. A primeira objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista.

A presente pesquisa quanto à natureza classifica-se como aplicada, uma vez que, procura desenvolver um modelo de avaliação e gestão de uma situação específica, ou seja, da política de cotas em Instituições estaduais de Ensino Superior, a partir do caso da Universidade Estadual Vale do Acaraú, localizada na zona norte do estado do Ceará aproximando o objeto de estudo e descrevendo a realidade observada.

### Resultados e Discussão

Desde o início do presente século, as ações afirmativas no ensino superior brasileiro vêm sendo cada vez mais aceitas e introduzidas nas universidades estaduais e, principalmente, nas federais, após a decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2012. São avanços significativos que devem ser celebrados, mas que não podem causar sensação de dever cumprido, pois o caminho até uma universidade realmente justa e inclusiva racialmente ainda não está concluído. Há que se pensar nas políticas de permanência e nas mudanças que as cotas estão produzindo. Pesquisas aprofundadas sobre a eficácia das políticas de ação afirmativas raciais nas universidades são fundamentais para que os devidos ajustes sejam realizados e possam gerar efetivamente o ingresso dos estudantes negros nas instituições de ensino superior.

### Conclusão

No Brasil, a discriminação racial envolve um processo complexo, em que vítimas e opressores acabam, na maioria das vezes, não compreendendo seus papéis sociais, gerando uma alienação dos sujeitos (SOUZA, 2018). Por essa razão, é necessário que se compreenda as especificidades da discriminação racial brasileira e suas características históricas.

### Referências

- BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 14 mai. 2017.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 14 mai. 2017.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 29 ago.2012. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 16 mai. 2017.